

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2019)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.766.117,64	1.710.909,05	PESSOAL E ENCARGOS		42.544.622,66	24.162.331,04
IMPOSTOS		1.577.776,20	1.561.046,26	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		16.643.983,02	17.849.358,86
TAXAS		188.341,44	149.862,79	ENCARGOS PATRONAIS		25.892.373,94	6.309.149,08
CONTRIBUIÇÕES		91.852,97	53.492,53	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS -		8.265,70	3.823,10
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO		91.852,97	53.492,53	PESSOAL E ENCARGOS			
ECONÔMICO				USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		19.532.822,01	15.770.154,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		330.784,86	143.780,73	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		4.281.806,03	4.290.125,13
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES		330.784,86	143.780,73	SERVIÇOS		14.985.347,10	11.424.724,45
FINANCEIRAS				DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		265.668,88	55.305,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		53.505.210,10	47.666.189,62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		0,00	204,24
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		53.505.210,10	47.666.189,62	JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	204,24
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSI		-204.485,48	1.282,50	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		12.040.462,69	9.792.061,22
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		-204.485,48	1.282,50	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		12.038.812,19	9.785.337,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		78.354,00	-38.989,12	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		1.650,50	6.723,70
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		78.354,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSI		280.313,89	-552.848,81
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	-38.989,12	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E		280.313,89	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		55.567.834,09	49.536.665,31	AJUSTE PARA PERDAS			
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		19.554.406,72	267.625,04	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	-552.848,81
TOTAL		75.122.240,81	49.804.290,35	TRIBUTÁRIAS		724.019,56	632.388,07
				CONTRIBUIÇÕES		724.019,56	632.388,07
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		75.122.240,81	49.804.290,35
				TOTAL		75.122.240,81	49.804.290,35

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

DEZEMBRO(31/12/2019)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.846.366,82	672.955,60
INVESTIMENTOS		1.846.366,82	672.955,60
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		910.429,48	1.064.743,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		910.429,48	1.064.743,23



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE
CNPJ n.º 11.040.896/0001-59
MUNICIPIO DE IPUBI – ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMAÇÕES GERAIS:

Prefeitura Municipal de Ipubi. CNPJ: **11.040.896/0001-59**
Praça Agamenon Magalhaes, S/N – Centro - CEP: 56.260-000 IPUBI/PE.

A Prefeitura Municipal de Ipubi concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 30.512 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 894 de 07 de Dezembro de 2018 (LOA 2019). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Dados do Gestor:

Nome: Francisco Rubensmario Chaves de Siqueira Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria nº 877 de 18 de dezembro de 2018, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela Portaria STN n.º 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

Demonstrações isoladas da Prefeitura Municipal de IPUBI

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, Demais créditos e valores de curto prazo, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos em longo prazo, com Dívida Ativa Tributária e Não Tributária; Investimentos, imobilizado e Depreciação) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo), e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, com Encargos Sociais a Pagar em longo prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2019 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), bem como os demais itens exigíveis, no presente exercício, da Portaria STN n.º 548/2015 que cumprirão os prazos estipulados no diploma legal.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2019 soma R\$ 5.921.367,82, diminuindo em R\$ 648.485,89, em relação ao exercício de 2018 que foi de R\$ 6.569.853,71.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2019, R\$ 5.793.244,92, houve uma diminuição com relação a 2018 de R\$ 673.977,00.

1.1.2 Demais créditos e valores a curto prazo

Realizáveis no curto prazo somam um valor de R\$ 105.581,79, composto Créditos Tributários a Receber, Créditos de Transferências a Receber, (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo. Houve um aumento de R\$ 2.950,00 em relação ao final do exercício de 2018. A Gestão do Município será orientada a formatar Equipe de Trabalho específica para avaliar os valores constantes nas contas específicas dos grupos de Demais Créditos e valores a Curto Prazo.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Os ativos realizáveis á longo prazo representam os valores contidos no Imobilizado da entidade.

1.2.2 Investimento

Não há registro.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O

valor do imobilizado ao final do exercício de 2018 totalizou R\$ 26.688.302,38. No exercício de 2019 chegou ao montante de R\$ 28.269.000,32, já descontados os valores correspondentes a Depreciação sendo:

Descrição	2019	2018
Bens Móveis	7.989.731,16	7.409.405,57
Bens Imóveis	20.763.632,58	19.497.591,35
Total	28.753.363,74	26.688.302,37

No decurso do exercício de 2019 foram efetuadas as incorporações sintéticas e ou ajustes ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 580.325,59 em relação ao ano de 2018) e Imóveis (aumento de 1.266.041,23 em relação ao ano de 2018), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É Relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação e Amortização

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2019 está acumulada em R\$ 276.727,10 e em 2018 foi de R\$218.694,54 e ainda foram considerados os valores relativo a Amortização no valor de R\$207.636,32.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2019 o valor de R\$ 14.800.778,89, uma diminuição irrelevante com relação ao exercício anterior de R\$ 144.104,93.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar em 2019 no valor de R\$ 11.605.472,77 (Onze milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos).

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Não há registros.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços em 2019 no valor de R\$ 583.560,87. Houve um aumento com relação ao exercício de 2018 no total de R\$ 70.329,79.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive consignações, depósitos não judiciais e consórcio a pagar dessas obrigações, sendo o valor em 2019 de R\$ 2.611.304,47. Houve um aumento com relação ao exercício anterior no valor de R\$ 658.607,57.

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 23.103.007,97, devidamente compatível com os valores apontados no Relatório E-CAC fornecido pela Receita Federal do Brasil com posição em 31/12/2019. Houve um aumento nesse débito com relação ao ano anterior no valor de R\$ 4.712.325,61.

Ainda assim, foram registrados o montante de R\$15.909.342,09 a título de Tributos Federais Renegociados no âmbito da Procuradoria Nacional da Fazenda Nacional no Exercício de 2019. Tem indicador permanente.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2018 foi de R\$ -635.352,70 e em 2019 totalizou em R\$ -20.189.759,42 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação diminutiva de R\$ 19.554.406,72, de 2018 para 2019, proveniente em parte do reconhecimento das obrigações tributárias reconhecidas e não pagas em exercícios anteriores. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

MCASP, 8ª Edição	<p>No caso de Impairment, apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização;b. O valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida;c. Se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso;d. Se o valor recuperável for o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda), a base usada para determinar o valor líquido de venda (por exemplo: se o valor foi determinado por referência a um mercado ativo); e) Se o valor recuperável for o valor em uso, a (s) taxa (s) de desconto usada (s) na estimativa atual e na estimativa anterior;e. Para um ativo individual, a natureza do ativo. <p>Não há registro de Impairment.</p>
------------------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE
CNPJ n.º 11.040.896/0001-59

MUNICÍPIO DE IPUBI – ESTADO DE PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PREFEITURA	
MCASP– 8ª Edição	<p>Itens mais relevantes que compõem as VPA e VPD</p> <p>Na composição da VPA, foram registradas o valor de R\$-204.485,48 (Duzentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) relativo a diversas variações patrimoniais aumentativas. Quanto a VPD, foram registrados ajustes de desincorporações de ativos no valor de R\$280.313,89 (Duzentos e oitenta mil, trezentos e treze reais e oitenta e nove centavos)</p>
MCASP– 8ª Edição	<p>VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN n° 327/2001 (Repasse a maior ou a menor do FPM).</p> <p>Não foram verificadas aspectos relevantes em decorrência da Portaria 327/2001, com pequenas alterações do fluxo econômico nacional.</p>
MCASP– 8ª Edição	<p>Circunstâncias que devem ser apresentadas ainda que seus valores não sejam relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Redução a valor recuperável no ativo imobilizado. A entidade não procedeu com conclusão de levantamento patrimonial para viabilizar a redução a valor recuperável de ativo imobilizado.b. Baixas de investimento.

		<p>Não houve baixa de Investimentos, ainda que não sejam relevantes que alterem significativamente a posição patrimonial.</p> <p>c. Constituição ou reversão de provisões. Não houve constituição ou reversão de provisões.</p>
	<p>Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 e Art. 4º da Lei Estadual nº 12.600/2004</p>	<p>Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da execução orçamentária do exercício atual e anterior:</p> <p>1. Incorporação de ativo:</p> <p>a. Aquisição de estoques. Não houve aquisição de estoques.</p> <p>b. Aquisição de bens móveis e Construção e aquisição de bens imóveis. Foram procedidas aquisição e intervenções para incorporação de ativos na importância de R\$1.846.366,82 (Um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos);</p> <p>Aquisição de títulos e valores. Não houve Aquisição de títulos e valores relevantes.</p> <p>c. Concessão de Empréstimos. Não houve Concessão de Empréstimos.</p> <p>d. Outras incorporações de ativos. Não houve outras desincorporações de ativos.</p>

2. Desincorporação de passivo:

a. Amortização da Dívida Pública

Foram contabilizadas pagamentos para amortização da Dívida Pública no valor de R\$910.429,48 (Novecentos e dez mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), indicando que há um esforço significativo para regularização de débitos previdenciários assumidos pela gestão municipal.

b. Amortização de Precatórios.

Não houve amortização relevante de precatórios, embora tenhamos o pagamento de Precatórios Judiciais regulamentados pela EC 62/2009 e que estão sendo respeitados a ordem cronológica.

c. Outras desincorporações de passivos.

Não houve outras desincorporações de passivos.

3. Incorporação de passivo:

a. Tomada de empréstimos.

Não houve aquisição e ou financiamento através de operações de credito.

b. Outras incorporações de passivos.

Não houve incorporações de passivos.

4. Desincorporação de ativos:

a. Alienação de estoques.

Não houve Alienação de Estoques

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE
CNPJ n.º 11.040.896/0001-59

		<p>b. Alienação de bens móveis. Não houve Alienação de bens móveis</p> <p>c. Alienação de bens imóveis. Não houve Alienação de bens Imóveis</p> <p>d. Alienação de títulos e valores. Não houve Alienação de títulos e valores</p> <p>e. Recebimento de empréstimos. Não houve Recebimento de empréstimos</p> <p>f. Outras desincorporações de ativos. Não houve outras desincorporações de ativos.</p>
	NBC T SP 01 – Item 106	<p>Montante de recebíveis reconhecidos em relação à receita sem contraprestação.</p> <p>Não foram registrados reconhecimento de recebíveis sem contraprestação.</p>